magistério

educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/revista-magisterio

 N^{o} 7 – 2020

PUBLICAÇÃO DA COORDENADORIA PEDAGÓGICA DA SME PARA OS EDUCADORES DA REDE DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Currículo

A trajetória da construção e da prática



PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO **BRUNO COVAS**

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO **BRUNO CAETANO**

SECRETÁRIO ADJUNTO DE EDUCAÇÃO **DANIEL FUNCIA DE BONIS**

CHEFE DE GABINETE PEDRO RUBEZ JEHA

COORDENADORA PEDAGÓGICA
MINÉA PASCHOALETO FRATELLI

SUMÁRIO

| EDITORIAL | 3 |
|--|------|
| FALA SECRETÁRIO | 4 |
| CONCEITOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO DA CIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE | 6 |
| POLÍTICAS CURRICULARES, AÇÃO DOCENTE E O CURRÍCULO DA CIDADE | . 14 |
| A ELABORAÇÃO DE UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL | . 22 |
| O PROTAGONISMO SURDO NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO BILÍNGUE | . 28 |
| O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NO ENSINO SUPERIOR | . 34 |
| ENTREVISTA | . 40 |
| CEUS: ESPAÇOS PRIVILEGIADOS DE REFLEXÃO E DE VIVÊNCIA DA INTEGRALIDADE DOS CIDADÃOS | . 46 |
| ACONTECEU NA REDE | . 56 |

magistério

PUBLICAÇÃO DA COORDENADORIA PEDAGÓGICA DA SME PARA OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DA CIDADE DE SÃO PAULO

CRIAÇÃO **ALFREDO NASTARI**

COORDENADORA DO CENTRO DE MULTIMEIOS MAGALY IVANOV

ARTE
NÚCLEO DE CRIAÇÃO E ARTE | CM | COPED | SME
ANA RITA DA COSTA
ANGÉLICA DADARIO
CASSIANA PAULA COMINATO
FERNANDA GOMES PACELLI

PESQUISA ICONOGRÁFICA

MEMORIAL DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

REVISÃO TEXTUAL
ROBERTA CRISTINA TORRES DA SILVA

FOTO CAPA

DANIEL CUNHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Magistério / Secretaria Municipal de Educação. n. 7 – São Paulo : SME / COPED, 2020.

ISSN 2358-6532

1.Educação 2.Formação de professores 3.Currículo

CDD 370.7

Código da Memória Técnica: SME29/2020 Elaborado por Patrícia Martins da Silva Rede – CRB-8/5877

Caros Educadores

Uma conquista para celebrar, implementar e compartilhar

Inicio todos os meus dias de trabalho numa visita a uma Unidade Educacional. Nesse processo de escuta ativa de nossa Rede, constato, diariamente, o orgulho que nossos educadores têm do Currículo da Cidade de São Paulo. Fomos o primeiro município do Brasil a integrar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Pioneirismo que também se revela nos conteúdos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e no próprio processo de elaboração do Currículo da Cidade, que contou com professores, especialistas e estudantes, além de contemplar princípios constantes na Matriz de Saberes, que incluem Pensamento Crítico e Criativo, Empatia, Autonomia e Resolução de Problemas, dentre outros.

É tempo de celebrar essa conquista.

É também momento de arregaçar as mangas para que essa construção coletiva que tanto nos orgulha chegue efetivamente às nossas mais de 12 mil salas de aula. Tão importante quanto elaborar é garantir as condições para que o Currículo seja, de fato, incorporado ao dia a dia de nossas escolas. Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação tem se esforçado em ampliar os processos de formação e debate acerca do Currículo da Cidade.

Os ambientes de sala de aula também serão objeto de intervenção. Todas as salas serão equipadas com computadores para o professor, banda larga, caixas de som, tela e projetor multimídia. Uma atualização mais do que necessária para acompanhar as inovações tecnológicas. Mas não só. Tais equipamentos devem facilitar a implementação do próprio Currículo, que agora passa a contar com a sua versão digital. Hardware e software, equipamentos e soluções pedagógicas desenvolvidas pela própria Rede, são combinações que devem facilitar o processo de conhecimento a estudantes e professores.

A plataforma digital do Currículo da Cidade, organizada segundo os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento definidos para cada ciclo e ano de escolaridade, possui centenas de sequências didáticas à disposição de professores e estudantes.

O uso de novas tecnologias e a adoção de soluções inovadoras no ambiente educacional garantem dinamismo ao Currículo da Cidade. Esse é um instrumento em constante elaboração, vivo e colaborativo. Como é, aliás, a construção de todo conhecimento. Confeccionada em código aberto, a plataforma está pronta para receber sugestões de toda a Rede e ser compartilhada com outros municípios que tenham interesse em adotar o nosso Currículo. E aqui se destaca mais uma marca de nossa Rede: a generosidade. O resultado de incontáveis horas de dedicação de milhares de professores e estudantes na elaboração do Currículo está à disposição para adoção de outras redes de ensino, sem qualquer custo.

O Currículo da Cidade não é, definitivamente, um mero guia para professores e estudantes. Mas é, antes de tudo, um convite ao livre pensar. Em tempos em que se observa o recrudescimento de práticas autoritárias, a Rede Municipal de Ensino teve a coragem de trazer para o Currículo objetivos de aprendizagem que envolvem a igualdade de gênero, o pensamento livre e crítico, o respeito à diversidade e à pluralidade de opiniões, entre outros. Restou escrito que democracia e respeito aos direitos de nossas crianças e jovens são valores inegociáveis na Cidade de São Paulo.

Boa leitura!

Bruno Caetano

Secretário Municipal de Educação de São Paulo



Conceitos orientadores do Currículo da Cidade para uma educação de qualidade

Por Wagner Barbosa de Lima Palanch¹ e Viviane Aparecida Costa²

^{1.} Doutor e Mestre em Educação Matemática pela PUC - São Paulo. É Diretor do Núcleo Técnico de Currículo da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Professor Assistente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Cruzeiro do Sul. Foi um dos idealizadores do Currículo da Cidade, tendo coordenado com as outras divisões da Coordenadoria Pedagógica a atualização Curricular da Cidade de São Paulo.

^{2.} Doutoranda em Educação na Universidade de Campinas - UNICAMP. Mestra em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2019). Gestora de Políticas Públicas (USP). Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Trabalha no Núcleo Técnico de Currículo da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atuando na produção de materiais curriculares.



e perguntarmos a qualquer pessoa o que é prioritário para uma sociedade melhor, isto é, mais justa e mais igualitária, teremos como uma das respostas mais recorrentes: uma educação de qualidade. Reparem que não é de qualquer educação que estamos falando, mas de uma educação que une princípios e conceitos capazes de modificar contextos, uma educação capaz de colocar a aprendizagem de bebês, crianças, jovens e adultos como meta das políticas públicas.

Foi em busca dessa qualidade que, em 2017, a Coordenadoria Pedagógica (COPED) da Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo se desafiou a discutir os conceitos orientadores e o processo de construção curricular para as escolas da Rede Municipal, tarefa que foi empreendida de forma coletiva, sob a coordenação do Núcleo Técnico de Currículo da SME, tendo em vista uma aprendizagem mais efetiva.

Romper com a prática de descontinuidades de projetos, comum a cada nova administração, foi o nosso primeiro desafio. Este transposto desde a idealização do nosso projeto, que se pautou na consideração e na valorização das experiências e das práticas da Rede Municipal. Outro grande diferencial foi que não partimos da simples elaboração de um novo documento, que servisse para consultas esporádicas. Queríamos, de fato, que os currículos construídos fossem apropriados de maneira coletiva e colaborativa pelos professores, que fizessem sentido para o planejamento cotidiano das aulas, os auxiliassem em suas tarefas e permitissem que as melhores estratégias fossem selecionadas para a aprendizagem dos estudantes.

Este currículo foi possível. E só o foi porque ouvimos a Rede.

Ao dizer que ouvimos a Rede, não queremos dizer que simplesmente coletamos demandas. Ouvimos todos os atores envolvidos nesse processo: professores, estudantes, gestores e famílias. E isso não é pouco, já que estamos falando de uma Rede que tem características socioeconômicas e culturais diversas e dimensões geográficas que superam alguns países. Uma Rede que possui quase um milhão de estudantes, aproximadamente 63 mil professores, 80.438 profissionais da educação, 547 escolas de Ensino Fundamental, 9 escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, 6 escolas de Educação Bilíngue para Surdos e 936 Unidades diretas de Educação Infantil, distribuídas entre Centros de Educação Infantil (CEIs) e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), 16 Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs) e 2 Centros Municipais de Capacitação e Treinamento (CMCTs).

Construir um currículo dessa forma pressupõe constantes discussões e reelaborações, já que este é um encontro de diferentes visões, concepções, crenças e métodos, tendo em vista a garantia das vozes nessa arena dissonante que é a proposição curricular de uma rede como a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Tecendo uma rede

A ideia de rede mostra a seriedade com a qual buscamos significação para o conceito de currículo e, ao mesmo tempo, o analisamos a partir de sua complexidade, porque os processos acontecem de forma concomitante: não é possível defini-lo para, somente depois, pensar sua relação com a prática escolar. As ações, nesse caso, são imbricadas. Nesse sentido, W. Doll, ao discorrer sobre o conceito de currículo, traz a noção de matriz de currículo para elucidar sua natureza não linear, mas construtiva:

[...] um currículo construtivo é aquele que emerge através da ação e interação dos participantes; ele não

é estabelecido antecipadamente (a não ser em termos amplos e gerais). Uma matriz, evidentemente, não tem início nem fim; ela tem fronteiras e pontos de interseção ou focos. Assim, um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-sequencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. Ouanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas, e mais profundo será seu significado. (DOLL, 1997, p.178).

Diante dessa ideia apresentada por Doll, a construção curricular da SME assumiu o coletivo e a colaboração como premissas do debate. Para viabilizar essa proposta, foram constituídos Grupos de Trabalhos (GTs) com representantes das treze Diretorias Regionais de Educação (DREs), sob a coordenação da equipe técnica da SME/ COPED e assessores das diferentes etapas, áreas de conhecimento e modalidades, além de familiares/responsáveis, estudantes, comunidades e membros da sociedade civil.

Cada GT discutiu as propostas em reuniões na SME e em suas regiões, conduzidas por assessores e membros das equipes técnicas, trazendo as vozes de seus pares e as reflexões de suas próprias experiências, que foram incorporadas nos documentos curriculares construídos.

Além dos GTs, outras ações propostas propiciaram a participação da Rede, como:

- Pesquisa realizada com estudantes, totalizando 43.655 participações;
- Seminários Regionais realizados em todas as DREs;
- Consulta aos profissionais da Rede sobre os documentos curriculares:
- Leituras Críticas por especialistas em educação.

Esse trabalho colaborativo foi impulsionado por quatro referências básicas, que representam contribuições que partem de reflexões coletivas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo e parâmetros mínimos de caráter nacional, que em Infância Paulistana compreende o bebê e a criança como pessoas. nosso entendimento dialogam entre si: o dotados de inteligência e personalidade, Documento Orientações Curriculares e contribuindo para a qualidade social da Proposição de Expectativas de Apreneducação da infância. Neste sentido, as dizagem (SÃO PAULO, 2007/2008); o diversas infâncias e seus direitos são Currículo Integrador da Infância Paulistana (SÃO PAULO, 2015), o documento Direitos de Aprendizagem dos Ciclos Interdisciplinar e Autoral (SÃO PAULO, 2016) e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017).

O Currículo Integrador da

considerados e valorizados.

Considerando esses referenciais, a SME estruturou o documento curricular da Cidade de São Paulo em três conceitos: a Educação Integral, a Equidade e a Educação Inclusiva, tendo em vista a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento de bebês, crianças, jovens e adultos matriculados em nossa Rede.

No texto dedicado à Educação Integral, observa-se que marcos legais nacionais e internacionais referentes ao direito à educação estão consagrados, reconhecendo e garantindo o acesso à educação, a permanência e o sucesso na trajetória escolar para todos os estudantes.

Ao falarmos sobre direito à educação, falamos também sobre currículo, conhecimento e cultura, elementos que atuam de acordo com as circunstâncias de tempo, lugar e espaço social. A esses elementos juntam-se os princípios norteadores das políticas educativas assim como das práticas pedagógicas. As Diretrizes Curriculares Nacionais¹ (DCNs), de 2013, apontam três princípios fundamentais: Éticos, Políticos e Estéticos, ou seja:

^{1.} As DCNs têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União "estabelecer, em colaboração com os estados, Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum".



As Orientações Curriculares contaram com a participação das escolas em sua elaboração, como a organização de expectativas de aprendizagem por componente curricular e por ano de escolaridade, que eram bastante utilizadas pela Rede; sugerem uma concepção didática para o ensino, fruto de contribuição de pesquisas, sendo o documento excelente ponto de referência para a atualização curricular.

Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia;
de respeito à dignidade
da pessoa humana e de
compromisso com a
promoção do bem-estar
de todos, contribuindo
para combater e eliminar
quaisquer manifestações de
preconceito e discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios de exigência de diversidade de tratamento, para assegurar a igualdade de direitos entre os estudantes que apresentam diferentes necessidades de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das

formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias. (BRASIL, 2013, p. 107-108).

Estes princípios, alinhados ao conceito de Educação Integral do Currículo da Cidade, visam ao desenvolvimento pleno do estudante ao propiciar-lhe as ferramentas sociais necessárias para o exercício da cidadania responsável.

A dinâmica da mudança da sociedade requer que o estudante do século XXI, além de ter voz em relação às suas escolhas, às suas experiências de vida e seus saberes, também possa ser reconhecido e valorizado pelos educadores encarregados de selecionar e transformar os conhecimentos e saberes, historicamente acumulados, em ensinamentos que façam sentido para a vida do estudante.

Outro conceito importantíssimo que é abordado no Currículo da Cidade é o da Equidade Educativa, que se relaciona com pressupostos como os de igualdade de oportunidade e justiça social. Certamente, os motivos que atuam contra a obtenção de níveis satisfatórios de equidade são numerosos, sendo capazes de tornar ainda maiores as desigualdades que até hoje não conseguimos eliminar.

Tanto os princípios² quanto as diretrizes³ pedagógicas da Educação Integral da Cidade de São Paulo dialogam diretamente com a BNCC em relação aos conceitos de equidade e igualdade de direitos. Como princípio, a igualdade de direitos pressupõe a "ausência de diferenças" na medida em que todos têm direitos e deveres garantidos pela Constituição Federal Brasileira. Desta forma, no Currículo da Cidade, a Equidade é o conceito articulador da identidade nacional que reconhece. acolhe e aprecia as diversas possibilidades de socialização existentes em nosso país. Tal reconhecimento implica que todos os estudantes tenham o direito de aprender independentemente do local ou região de nascimento, etnia, aparência, cor, religião, orientação sexual, identidade de gênero e outros atributos, presumindo o reconhecimento, o acolhimento e a avaliação positiva da diversidade que caracteriza a identidade brasileira.

Por fim, o conceito de Educação Inclusiva compreende a escola como espaço de todos, sem barreiras, sem distinções, reconhecendo a diversidade humana. Nesta perspectiva, a diferença é incorporada na dinâmica educacional, é vista como múltipla, diversa, rica e insubstituí-

vel. Fugindo à homogeneização e padronização dos processos, a Educação Inclusiva preconiza o respeito à forma e à característica de aprendizagem de todos, sem exceção.

Direitos de Aprendizagem para Educação Básica da Cidade de São Paulo e a Matriz de Saberes

No Currículo da Cidade há o reconhecimento da importância de se estabelecer uma relação direta entre a vida e o conhecimento sobre ela, considerando a pluralidade e a diversidade de experiências que compõem o universo escolar. E mais, os sujeitos de direitos precisam ter a garantia um documento do MEC que visa estabelece implantar mediante atuação interfederativa di

de compartilharem os conhecimentos sobre si mesmos e os demais, livres de preconceitos e discriminações.

Os direitos de unidades edu em todo o em todo o percurso diretamente relacionados a diversos documentos e Leis Brasileiras⁴ que visam ao direito à educação. A educação, por

um documento do MEC que visa estabelecer e
implantar, mediante atuação interfederativa, diretrizes
pedagógicas para a Educação Básica e a base nacional
comum dos currículos com direitos e objetivos de aprendizagem
e desenvolvimento dos estudantes, respeitada a diversidade
regional, estadual e local. Tem foco nos conhecimentos, habilidades
e valores essenciais a que todos os estudantes têm direito e
devem aprender para o seu pleno desenvolvimento e atuação na
sociedade. A partir desses elementos, as redes de ensino, as
unidades educacionais e os professores da Educação Básica
em todo o país organizarão seus currículos indicando
percursos de aprendizagem de seus estudantes,
considerando as peculiaridades locais.

^{2.} a) a cidade como palco de ações e atividades; b) a educação como instrumento de democracia; c) o diálogo como estratégia na implementação de políticas socioculturais no reconhecimento da diferença e promoção da equidade; d) a autonomia das Unidades Educacionais; e) a comunidade de aprendizagem; f) o currículo emancipatório, significativo e relevante, organizador da ação pedagógica; g) a garantia do direito de ir e vir e circular pelos territórios educativos; h) a expansão qualificada do tempo de aprendizagem; i) a intersetorialidade; j) o compromisso com as metas do Plano Municipal de Educação de São Paulo em nível local, regional e central da SME.

^{3.} a) articular saberes e experiências não formais com os conhecimentos formais; b) valorizar o diálogo entre as pedagogias social, popular e formal; c) ressignificar o currículo como ferramenta eficaz do ensino-aprendizagem; d) fortalecer as parcerias intersetoriais nos territórios educativos; e) propiciar o desenvolvimento de ações de políticas públicas de inclusão; f) potencializar a gestão e a vivência democrática por meio de ações e atividades que dialoguem com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional; g) identificar possibilidades para o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras; h) expandir o tempo de permanência dos educandos para, no mínimo, 07 (sete) horas diárias durante todo o período letivo; i) fortalecer os Conselhos de Escola/ Conselhos de CEI e a ampliação do processo democrático nas Unidades Educacionais e nas diferentes instâncias decisórias.

^{4.} Constituição Federal Brasileira, nos Artigos 205, 207 e 208, de 1988; Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e subsequente Diretrizes Curriculares Nacionais; Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), de 2006.

meio do Estado, deve garantir a igualdade de oportunidades para que os sujeitos de direitos vivenciem a escola em toda a sua dimensão: socioemocional, estética, criativa e produtiva. Estes componentes inserem, de forma abrangente, os conceitos de equidade, igualdade, diversidade e pluralidade cultural tal qual expressos na Constituição Federal Brasileira, na LDB e na BNCC.

Assim como a BNCC, a Secretaria Municipal de Educação se fundamentou nos princípios éticos, políticos e estéticos descritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2013, para estabelecer os Direitos de Aprendizagem, os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e a Matriz de Saberes, que devem nortear toda a escolarização básica⁵. Esses Direitos, Objetivos e Saberes subsidiam o que bebês, crianças, adolescentes e jovens devem aprender e desenvolver ao longo da sua trajetória escolar. O projeto curricular das escolas desempenha papel fundamental na busca pela equidade e pelo desenvolvimento integral dos estudantes, uma vez que traça as linhas mestras dos percursos de aprendizagens a que todos os estudantes da Rede Municipal têm direito.

Neste sentido, os componentes curriculares são dinâmicos e refletem, por sua vez, as mudanças ocorridas na sociedade. A escola, ao adaptar essas mudanças ao currículo para que ele possa ser efetivo, faz a chamada transposição didática. Esse processo imprime, sutilmente, um caráter moral e político à formação do estudante, seja pela forma com que esses componentes curriculares são ministrados didaticamente, conforme a etapa de desenvolvimento do estudante, seja pela forma com que a gramática da escola é absorvida por meio de códigos culturais, normas, rituais, valorizações e desvalorizações, não en-

sinadas abertamente pelos componentes curriculares, mas que servem para moldar o percurso institucional do estudante (BRASIL, 2013).

Este último aspecto é considerado como o currículo oculto, que tanto quanto o currículo oficial ajuda no desenvolvimento de saberes do estudante ao longo de sua vida, impelindo-o no exercício de sua criatividade, criticidade, apreço por valores éticos e/ou estéticos, como também pode incutir-lhe injúrias psicológicas e emocionais oriundas de preconceitos e discriminações de toda sorte (BRASIL, 2013).

A convergência desses dois fatores pode impactar negativamente o desenvolvimento pleno do estudante, comprometendo seu direito humano à educação, seu direito à identidade e seu direito à diferença.

É no acolhimento, na utilização de métodos, estratégias, organização dos tempos, espaços sociais e recursos materiais apropriados que a escola propicia o desenvolvimento dos estudantes, objetivando a igualdade de direitos à educação, independentemente de origem, etnia ou gênero, que atenta aos malefícios do currículo oculto negativo, estabelece que o tempo da escola é o tempo da construção da cidadania, do convívio democrático e da expansão da criatividade e criticidade.

Ao nos depararmos com o reconhecimento de novas identidades sociais, ao longo das últimas décadas, é interessante pensar como a escola e os currículos refletem a dinâmica social. Arroyo (2007) pondera que vem crescendo as sensibilidades para com o currículo das escolas, porque percebemos que a organização curricular afeta a organização de nosso trabalho e do trabalho dos estudantes.

Portanto, o reconhecimento dos fatores acima elencados no Currículo da Cidade permite aos educadores repensar a prática pedagógica, os

^{5.} Em cada etapa e modalidade de escolarização.

currículos, o conhecimento, a cultura e a diversidade local como valor positivo para os processos de ensino-aprendizagem e avaliação, isto é, para a qualidade da educação pública.

Referências

- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: MEC/SEB. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.

 Diretrizes curriculares nacionais da Educação Básica.

 Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.
- DOLL JR., William E. Currículo: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para o Ensino Fundamental: ciclo I. São Paulo: SME/DOT, 2007.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Currículo Integrador da Infância Paulistana. São Paulo: SME/DOT, 2015.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Direitos de aprendizagem nos Ciclos Interdisciplinar e Autoral. São Paulo: SME/COPED, 2016. (Coleção Componentes Curriculares em Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria)





Políticas curriculares, ação docente e o Currículo da Cidade

Por Felipe de Souza Costa¹, Rosângela Ferreira de Souza Queiroz² e Heloísa Maria de Morais Giannichi³

- 1. Doutorando em Educação na Faculdade de Educação da USP. Mestre em Letras pela Universidade Federal de São Paulo (2016). Especialista em Estudos da Linguagem (UMC) e em Ética, Valores e Cidadania na Escola (USP). Professor de Língua Portuguesa na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Trabalha com formação de professores de Língua Portuguesa, currículo e produção de materiais didáticos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Formador da DIEFEM atuando com Língua Portuguesa e Linguagens.
- 2. Doutora e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação-USP. Supervisora Escolar na Rede Municipal de Ensino de São Paulo e Assistente Técnico de Educação na Secretaria Municipal de Educação. Formadora da DIEFEM atuando com a Coordenação Pedagógica, Alfabetização e Ciências Humanas.
- 3. Mestranda em Educação do PPGE da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Diretora de Escola na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Participou da elaboração dos Cadernos da Cidade: Saberes e Aprendizagens e da reorientação curricular. Atuando na formação de professores da Diretoria Jaçanã/Tremembé e participante da escrita dos Direitos de Aprendizagem dos Ciclos Interdisciplinar e Autoral. Formadora da DIEFEM atuando com o Projeto de Apoio Pedagógico.

Rede Municipal de Ensino de São Paulo, muito antes dos movimentos federais que culminaram na publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em sua breve história, já mantinha, em seus diversos projetos educacionais, a prática de publicação de documentos curriculares que, de uma forma ou de outra, sugerem caminhos, possibilidades e alternativas ao trabalho docente. Neste artigo, consideramos que os documentos oficiais, publicados ao longo de várias gestões, representam diferentes políticas de currículo, que – por sua vez – estão sujeitas a diversos atravessamentos: sociais, históricos, políticos e ideológicos.

Nesse sentido, é importante compreender que a nossa Rede possui uma história, a qual nos permite olhar para tais políticas curriculares observando aspectos importantes e reconhecendo que, através dos tempos, os muitos sujeitos que atuam na Rede Municipal de Ensino de São Paulo têm forjado identidades múltiplas, conferindo-lhes uma característica singular: a diversidade de práticas, de filiações teóricas e de concepções a respeito do que constitui a educação pública municipal dessa metrópole. Em outras palavras, é necessário destacar que, possuindo uma trajetória longitudinal, as políticas curriculares desta ou daquela gestão não inauguraram o novo, mas são resultados de uma história, sobre a qual também gostaríamos de nos debruçar nestas páginas.

O primeiro documento oficial de que temos notícia, sobretudo com características próprias de uma política curricular delineada, é o Programa de 1º Grau, que foi publicado no ano de 1985, quando os apelos para uma redemocratização do país ressoavam e, por seu turno, influenciavam a produção de documentos oficiais, de pesquisas e



de abertura para filiações teóricas que observassem o princípio democrático como um bem inalienável. Trata-se de uma coleção com 9 volumes que "apresenta o novo programa de ensino que se pretende implantar a partir de 1986 na Rede Municipal de Ensino. Abrange todas as séries e todos os componentes do núcleo comum: 1ª, 2ª,



3ª e 4ª séries¹ e Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências e Saúde, de 5ª à 8ª séries". A ideia de "programa" e não de "currículo" evidencia um momento da história que estava fortemente marcado por discussões curriculares que enredava, em alguma medida, aspectos estri-

tamente relacionados a conhecimentos circulantes de uma área.

Como se pode observar, o ano de publicação desse documento antecede, inclusive, a promulgação da Constituição Federal (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e,

^{1.} Informação disponível em: http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/50511.pdf. Acesso em: 18 abr. 2019.

como já dissemos, dos PCNs (1998). Isso nos revela que, a despeito de todas as críticas destinadas a documentos oficiais dessa natureza, a Rede Municipal de Ensino de São Paulo, historicamente, tem assumido que políticas curriculares são publicações importantes para a construção de uma identidade que, reconhecendo suas próprias características, antecipa-se a movimentos federais, por exemplo. Nessa direção, a história da Rede conta com os seguintes documentos curriculares, publicados em tempos diferentes e com finalidades também diversas.

Em vigência desde 15 de dezembro de 2017, o Currículo da Cidade, certamente, é o resultado de uma preocupação em manter, no rol de suas publicações oficiais, documentos que, de certa forma, consigam orientar as ações docentes visando, sempre, à aprendizagem dos estudantes em uma realidade complexa, que inclui desafios sociais, econômicos e geográficos.

Neste momento, em se tratando especificamente do Ensino Fundamental, o Currículo da Cidade se desdobra em outros documentos que se somam à tarefa árdua de ensinar e aprender na Rede Municipal de Ensino de São Paulo: Orientações Didáticas e, para os componentes curriculares de Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, os Cadernos da Cidade: saberes e aprendizagens, que apresentam sequências de atividades cujo objetivo principal é transpor, didaticamente, os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para a sala de aula.

Considerando que todos os documentos citados são orientadores, entendemos que podem inspirar práticas inovadoras que culminem em ações docentes diversas, mas com um foco importante: a aprendizagem dos estudantes. Dessa maneira, apresentaremos algumas discussões e notícias do que, ao longo dos dois últimos anos, tem sido desenvolvido no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Formação: (re)conhecer políticas curriculares

O processo de implementação do Currículo da Cidade do Ensino Fundamental teve seu início em 2018, com percursos formativos que enfatizaram a necessidade de fazer circular, na Rede Municipal, aspectos relevantes do currículo recém-lançado, especialmente as concepções das áreas presentes nos documentos dos diferentes componentes curriculares.

Outra preocupação recorrente do referido percurso formativo foi trazer para os encontros com os professores conteúdos relacionados a como, agora, diante de outras demandas de ensino e de aprendizagem, os planejamentos docentes deveriam organizar-se: por que a organização de um currículo por Eixos Estruturantes, Objetos do Conhecimento e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento? Por fim, a proposta de formação continuada visava discutir com os participantes quais as contribuições dessa organização curricular para a garantia de aprendizagens aos nossos estudantes.

A condução dos momentos formativos obedeceu a uma lógica semelhante àquela estruturada nos grupos de trabalho constituídos por professores para a elaboração do documento: os chamados professores-parceiros tornaram-se, nas Diretorias Regionais de Educação, os mediadores entre o conjunto de conhecimentos abordados pelo Currículo e os demais professores participantes da formação.

Foi um movimento, portanto, que promoveu encontros formativos nas 13 Diretorias Regionais de Educação e para todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental. Uma ação formativa que movimentou a cidade para discutir caminhos e possibilidades para que uma política

curricular, representada por um documento oficial, pudesse – a partir das diferentes realidades da cidade – aterrissar em sala de aula.

Dessa maneira, reconhecer os objetos do conhecimento e sua relação com os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, constantes nos documentos curriculares, era uma das finalidades dessa ação formativa. No entanto, reconhecendo que se tratava de um movimento inicial, paralelamente, outras atividades de formação aconteciam com vistas a fortalecer as discussões sobre a política curricular recém-lançada.

Por entender que a formação continuada é uma tônica desta Rede, o espaço-tempo privilegiado para essa ação nas Unidades Educacionais está circunscrito nos momentos dedicados ao trabalho coletivo (JEIF), em que se discutem aspectos que consideram relevantes sobre currículo (de modo mais abrangente) e, especificamente, sobre o Currículo da Cidade.

Professor-autor: do Currículo da Cidade à sala de aula

Em 2018, as ações formativas pautaram-se pela proposição de cursos optativos aos professores da Rede, que trataram de explorar as dimensões didática e metodológica do Currículo da Cidade para a consolidação de diferentes aspectos relacionados à prática docente. Para tanto, o eixo articulador dessa formação foram as sequências de atividades, reconhecidas como modalidade organizativa primordial à organização dos conteúdos, do tempo didático e da classe. A produção de sequências de atividades permitiu que professores, primeiro, aprofundassem seus conhecimentos sobre, por exemplo, os objetos do conhecimento e, depois, sobre como, a partir desses, poderiam estruturar suas aulas.

Considerando que todos os professores, independentemente da política curricular vigen-



te, são autores de suas práticas, nos primeiros meses de 2018, a Secretaria Municipal de Educação investiu em ações formativas que ensejaram a participação docente no sentido de que eles foram convidados a apresentar, ao final dos cursos, sequências de atividades que pudessem, de alguma forma, inspirar outros colegas. Para tanto, poderiam pensar em situações didáticas específicas, a partir dos conhecimentos circulantes nos diversos componentes, visando à consecução de Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e à proposição de atividades que pudessem modelizar formas de organizar os tempos e os espaços destinados à aprendizagem. No caso específico de Educação Física, a proposta formativa se deu em um seminário que priorizou a divulgação de experiências curriculares por meio de relatos de prática.

Com o advento do Pátio Digital como política de dados abertos e da criação de uma plataforma on-line, as sequências de atividades da coleção Cadernos da Cidade: saberes e aprendizagens e as

que foram produzidas por professores de Arte, Geografia, História, Língua Inglesa ficarão disponíveis para consulta, apreciação e inspiração no endereço: http://curriculo.prefeitura.sp.gov.br/. Trata-se de um espaço digital que, em consonância com os tempos em que vivemos, reúne tais sequências de atividades e, além disso, promove uma aproximação entre os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, a Matriz de Saberes e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Práticas docentes e Currículo da Cidade: planejar ações e aprendizagens

Discutimos, no início deste artigo, que há algum tempo as políticas curriculares publicadas por meio de documentos oficiais orientam práticas pedagógicas importantes para a consecução de objetivos educacionais que são atravessados por aspectos de diversas ordens. Planejar ações



e aprendizagens é uma prática docente que pode subsidiar escolhas importantes para o estabelecimento de fins e meios. Em face disso, planejar, como nos alerta Padilha (2001), é uma atividade engajada e que também revela posicionamentos político-pedagógicos dos docentes. Nesse sentido, ao planejar ações didáticas, é preciso compreender que os documentos curriculares orbitam o Projeto-Político Pedagógico (PPP) da escola.

Portanto, Planos de Ciclo, Plano Anual e Plano de Aula serão elaborados observando o PPP e todos os documentos oficiais que o margeiam. Nesse sentido, ao planejar, é preciso perguntar-se:



Por fim, considerando todas as características diversas podemos concluir que as políticas curriculares, ao longo da história da nossa Rede, entremeiam: ação docente, formação e avaliação como elementos importantes que conjugam saberes e aprendizagens em busca de uma educação pública e de qualidade para todos.



A elaboração de um Currículo para a Educação Infantil

Por Suely Amaral Mello

Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. É professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista/Unesp – campus de Marília. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria histórico-cultural, aquisição da escrita, relação teoria e prática, formação de professores e práticas educativas com crianças de 0 a 10 anos. É vice-líder do grupo de pesquisa "Implicações Pedagógicas da Teoria Histórico-Cultural" e coordenadora do Grupo de Estudos em Educação Infantil da Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília.



lo da Cidade - Educação Infantil, parece fundamental fazer um balanço desse processo. A construção de um currículo é essencialmente um acontecimento complexo que exige muito mais que a elaboração de um documento orientador. O desafio é justamente sua implementação, o que implica o envolvimento daqueles profissionais – professoras(es), coordenadoras(es) e gestoras(es) de um modo geral, e demais profissionais – que atuam em diferentes cargos e fazem acontecer a educação da infância paulistana nas diferentes Unidades Educacionais que compõem essa imensa Rede de educação, certamente uma das maiores do mundo.

Por isso, a construção do currículo para

[...] A participação dos envolvidos no projeto educacional é a prova dos nove da qualidade de um projeto de currículo, especialmente se considerarmos que a prática é, em última instância, o ponto de chegada do currículo.

a infância paulistana tem uma longa história que se faz presente com a experiência de cada profissional dessa Rede, acumulada desde a formação inicial de cada um e enriquecida com as muitas horas de formação continuada promovida pelas Unidades Educacionais, pela Secretaria Municipal de Educação (SME), sob diferentes formatos e em diferentes gestões e, também, pela iniciativa pessoal de cada pro-

fissional que participa de grupos de estudos e reflexão, que continua sua formação em cursos de pós-graduação, pela formação em serviço nos encontros diários com colegas que contribuem para encontrar soluções humanizadoras para problemas cotidianos, pelo exercício individual e coletivo de registro e documentação das práticas pedagógicas, pelo trabalho coletivo de envolvimento das famílias e dos territórios que acolhem as Unidades Educacionais e que vão aos poucos fazendo de cada Unidade uma comunidade que ensina e que aprende.

Esse processo de construção do Currículo da Educação Infantil para a Cidade de São Paulo tem uma história de sistematização e eu tive o privilégio de participar dos dois últimos esforços de elaboração coletiva de um currículo para a infância paulistana.

Em relação a ambos, gostaria de destacar o esforço de atualização das concepções que orientam o pensar e o agir docentes na perspectiva de uma educação humanizadora que possibilite o pleno desenvolvimento cultural de todas as crianças. Para isso, é importante destacar o diálogo com as contribuições de estudos e pesquisas em diferentes campos do conhecimento que ampliam a qualidade da educação da pequena infância. Da mesma forma, busca-se o diálogo com outras experiências de educação da infância em outros países.

A qualidade, no entanto, define-se não apenas pela abertura à experiência externa. A experiência interna é igualmente fundamental. A participação dos envolvidos no projeto educacional é a prova dos nove da qualidade de um projeto de currículo, especialmente se considerarmos que a prática é, em última instância, o ponto de chegada do currículo. Mas para a concretização dessa qualidade, a prática precisa ser também o

ponto de partida para a ampliação real da qualidade. Deste ponto de vista, a sistematização de um currículo sob a forma de um documento orientador das práticas educativas deve partir da prática e retornar a ela conferindo um salto em direção a uma melhor qualidade. E este é o segundo ponto que gostaria de destacar.

O processo democrático na construção de ambas as sistematizações é definidor de sua qua-

lidade. Tanto para a elaboração do Currículo Integrador da Infância Paulistana como para a elaboração do Currículo da Cidade: Educação Infantil – este como retomada e aprofundamento daquele –, a dinâmica de participação e discussão com o conjunto da Rede Municipal de Ensino (RME) foi essencial e constitutiva da produção de ambos os documentos. Tanto em 2015 como em 2017, apresentou-se inicialmente a proposta de elaboração



dos documentos por meio de seminários nas Diretorias Regionais de Educação (DREs).

Finda esta primeira etapa, passou-se à elaboração dos documentos propriamente ditos. Esta elaboração, no caso do Currículo Integrador da Infância Paulistana, contou com 50 profissionais ocupando diferentes cargos na Rede Municipal de Ensino, que discutiram e conformaram o documento. Para o Currículo da Cidade: Educação Infantil, esta participação foi ampliada. Foram convidados 200 profissionais da RME organizados em 4 grupos de discussão, constituindo o Grupo de Estudos e Práticas Pedagógicas (GEPP) que, em 2017 e 2018, participou da escrita do documento. Duas consultas públicas ao longo de 2018 ampliaram a possibilidade de participação de toda a RME nesse processo de sistematização escrita.

Para a apresentação do documento final para a RME, tanto em 2016 como em 2018, foram organizados seminários em cada uma das 13 DREs, para apresentação e discussão de práticas pedagógicas que concretizam as ideias centrais presentes nos documentos e que podem ser sintetizadas como escuta, acolhimento, participação de bebês e crianças, observação e registro como estratégias de reflexão docente, envolvimento das famílias, construção de uma nova cultura escolar que contemple relações de nova qualidade para a constituição de comunidades educativas em cada Unidade Educacional.

Esta é a contribuição, em termos de currículo, da SME para a constante melhoria da qualidade da Educação da Infância Paulistana. Fica agora o convite para a implantação ou implementação deste currículo por todos aqueles que atuam na Rede Municipal de Ensino. A prática é a prova dos nove das boas propostas. Bom trabalho!







O protagonismo surdo na construção do Currículo Bilingue

Por Adriana Horta¹, Felipe Venâncio Barbosa², Mônica Conforto Gargalaka³, Roseli Gonçalves do Espírito Santo⁴, Silvana Lucena dos Santos Drago⁵ e Monica Leone Garcia⁶

- 1. Graduação em Pedagogia e Letras: Libras. Pós-Graduação em Inclusão com ênfase em surdez e Tradução interpretação Libras Português. Professora universitária e instrutora de Libras.
- 2. Graduação em Fonoaudiologia Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo. Doutorado pela Universidade de São Paulo Ciências da Reabilitação Faculdade de Medicina. Professor Doutor do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo.
- 3. Graduação em Pedagogia com habilitação em EDAC FMU (1987) e Pós-Graduação em Tradução/Interpretação e Ensino de Libras pela FAAG. ATE I Assistente Técnico de Educação I da SME.
- 4. Graduação em Pedagogia com habilitação em EDAC PUC/SP e Pós-Graduação em Psicopedagogia pela Universidade Mackenzie. ATE I Assistente Técnico de Educação I da SME.
- 5. Graduação em Pedagogia com habilitação em EDAC PUC/SP. Diretora da Divisão de Educação Especial da SME. Supervisora (aposentada).
- 6. Graduação em Pedagogia. Pós-Graduação em inclusão com ênfase em Deficiência Intelectual PUC-SP.

companhando as transformações educacionais, linguísticas e culturais da Comunidade Surda, em 2010 foi constituído. na Secretaria Municipal de Educação, um Grupo de Trabalho com o objetivo de definir diretrizes para a organização de Escolas Bilíngues. O Decreto nº 52.785, de 2011, ao transformar as Escolas Especiais para Surdos da Cidade de São Paulo em Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos - EMEBS marca de forma contundente o processo de anos de discussões a respeito do uso e prioridade da língua de sinais na Educação de Surdos do município. A prerrogativa de destacar a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a comunidade surda ganham visibilidade inédita e abre-se a possibilidade de criação de equipamentos cada vez mais apropriados para a educação desta comunidade, seguindo com a legislação municipal vigente, que propõe o atendimento de educação bilíngue nas EMEBS, Unidades Polo de Educação Bilíngue para Surdos e Ouvintes e em Unidades Educacionais de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. A configuração atual do atendimento à comunidade surda na Educação da Cidade de São Paulo, então, atinge o contorno expresso na figura 1.

Com o atendimento estruturado dessa forma, a Divisão de Educação Especial iniciou o ano de 2018 tendo como grande desafio a continuidade do trabalho do Núcleo Técnico de Currículo, com a construção do Currículo Bilíngue: Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa para Surdos. O desafio da proposição de um currículo pioneiro na rede pública de ensino, e direcionado pelos mais modernos conceitos em Educação e Estudos da Linguagem, foi confrontado com o ideal democrático da participação dos agentes da educação da cidade e de pessoas da comunidade surda. O pro-

tagonismo das pessoas surdas no Currículo Bilíngue foi condição para sua proposição.

Para isso, foram constituídos dois Grupos de Trabalho, um de Língua Portuguesa para Surdos e outro de Língua Brasileira de Sinais. Formados por representantes da comunidade surda, Professores especialistas na área da surdez, Instrutores de Libras, Intérpretes, Professores de Atendimento Educacional Especializado – PAEE, Professores de Acompanhamento e Apoio à Inclusão – PAAI e convidados.

Estes Grupos de Trabalho se reuniram de março a agosto de 2018, em encontros semanais. O trabalho de discussão dos currículos era precedido por uma exposição teórica e, a partir dessa exposição, foram sendo moldados os pilares do ensino de Língua Brasileira de Sinais e de Língua Portuguesa para Surdos. Os dois Grupos de Trabalho andaram em constante diálogo, seguindo os mesmos pressupostos e encontrando respaldo um no outro para que as proposições fizessem sentido em suas construções.

Garantido o direito de acesso à informação aos surdos, pela presença de Intérpretes de Libras que realizavam a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea durante todas as discussões, os participantes surdos exerceram grande influência nas tomadas de decisões. A experiência dos participantes surdos extrapolava o conhecimento da língua de sinais e deixava claro o que deveria ser evitado no documento em construção. Aquilo que os próprios Professores e Instrutores surdos haviam experimentado em outro momento histórico da Educação de Surdos e que foi traumático ou ineficaz, pode ser evitado.

O acontecimento que produziu o Currículo Bilíngue (Currículo da Cidade – Língua Brasileira de Sinais e Currículo da Cidade – Língua Portuguesa

Configuração do Atendimento à comunidade surda na Educação da Cidade de São Paulo Figura 1: Profissionais atuantes na Educação Bilíngue Unidades **EMEBS** Polo Educacionais Professor bilíngue Intérprete de Libras Professor bilíngue Professor especialista Professor de AEE Instrutor de Libras Instrutor de Libras Instrutor de Libras Guia intérprete Intérprete de Libras

para Surdos) foi potente em sua concepção de garantir a participação da comunidade surda e, com efeito, presenciar o protagonismo ocorrendo de fato. Foi inovador ao mobilizar conceitos orientadores de Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva,

Matriz dos Saberes e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, presentes desde o início da concepção geral do Currículo da Cidade. Também foi arrojado ao fazer, com a participação da comunidade surda e sua anuência, proposições de Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que movimentam os equipamentos e os atores da Educação da Cidade de São Paulo para um lugar fora da zona de conforto.

O protagonismo da comunidade surda também se revela na prioridade da Libras. A construção do Currículo de Língua Portuguesa para Surdos se dá numa perspectiva de ensino de segunda língua que, por consequência, traz como exigência a primeira língua, a Libras. A construção deste currículo, então, é fundamentada na aquisição da Libras "o quanto antes", no desenvolvimento da cognição tomando como suporte a língua adquirida e, a partir daí, a construção, sobre esta base sólida, de outros saberes como a Língua Portuguesa.

Para que o objetivo dessa construção fosse alcançado, contamos com o protagonismo dos parlida e experiência vivida foram ingredientes postos e usados nos encontros semanais, em Libras, sem barreiras ou entraves. E se a ideia não se fazia clara, o esforço era conjunto, numa grande união coletiva que convergia para a clareza da comunicação. O produto final obtido, muitas vezes conseguido de forma exaustivamente negociada, só era aceito quando fazia sentido para todos os integrantes do grupo, fossem eles surdos ou ouvintes.

Alguns dos encontros dos dois Grupos de Trabalho constituídos foram realizados de forma conjunta e, naquelas ocasiões, as discussões se complementavam e se tornavam mais densas. Não foram poucas as vezes em que questionávamos a que Currículo tais objetivos pertenciam, o que demonstrava a integração que tanto buscávamos.

de forma produtiva, em que a
voz dos surdos se fez presente. Criamos um laço de respeito e profissionalismo em
todo tempo.

A participação ativa dos
dois Grupos de Trabalho sob a
orientação da equipe assesso-

A participação ativa dos dois Grupos de Trabalho sob a orientação da equipe assessora produziu, ao final de 2018, os documentos Currículo da Cidade - Língua Brasileira de Sinais e Currículo da Cidade - Língua Portuguesa para

As reuniões aconteceram

Surdos, inéditos em redes municipais de ensino no Brasil. Contamos também com a participação de leitores críticos, professores doutores da área da surdez de três estados brasileiros, que nos auxiliaram na adequação e refinamento dos conteúdos desses materiais.

[...] O desafio da proposição de um currículo pioneiro na rede pública de ensino, e direcionado pelos mais modernos conceitos em Educação e Estudos da Linguagem, foi confrontado com o ideal democrático da participação dos agentes da educação da cidade e de pessoas da comunidade surda.

ticipantes nos Grupos de Trabalho. A marcante e efetiva contribuição dos surdos, que outrora fora a eles negada por posturas ouvintistas¹, agora se fez ouvir e ver. Gritos, discussões calorosas, defesas contundentes de seus pontos de vista, uso apropriado de justificativas com fundamentação teórica só-

^{1.} O termo "ouvintismo" baseia-se na ideia de "colonialismo", uma relação de poder desigual entre dois ou mais grupos, na qual "um não só controla e domina o outro, como ainda tenta impor sua ordem cultural ao(s) grupo(s) dominado(s)" (MERY, 1991 apud WRIGLEY, 1996, p. 72).

Em dezembro de 2018, realizamos o I Seminário Internacional de Educação Bilíngue, oportunidade em que temas relacionados aos Currículos foram amplamente debatidos. Nesse Seminário, tivemos a participação de palestrantes surdos e ouvintes, todos se comunicando principalmente em Libras, com a participação de toda comunidade surda por meio de questionamentos e intervenções apropriadas durante o evento.

Seguimos em 2019 com a distribuição do Currículo Bilíngue para todas as escolas da Rede e visitas técnico-pedagógicas em todas as unidades bilíngues. Para 2020, as ações de implementação contarão com a participação de Supervisores, Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Professores especialistas, Instrutores e Intérpretes de Libras e de Língua Portuguesa que atuam na Educação Bilíngue no Município de São Paulo. ■

Referências

- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.
- SÃO PAULO (Município). Decreto nº 52.785, de 10 de novembro de 2011. Cria as Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos –EMEBS na Rede Municipal de Ensino. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, ano 56, n. 212, p. 1, 22 nov. 2011.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: SME/COPED, 2019.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Educação Especial: Língua Portuguesa para surdos. São Paulo: SME/ COPED, 2019.
- WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness.** Washington: Gallaudet University Press, 1996.



O Currículo e a formação inicial e continuada no Ensino Superior

Por Cristhiane de Souza

Mestra em Educação pelo Centro Universitário Nove de Julho, graduada em Letras e Pedagogia. Pós-Graduada em Planejamento e Implantação e Gestão em Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense e Especialização em Língua Portuguesa. Diretora do Núcleo Técnico das Universidades nos CEUs (UniCEU) na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Coordenadora Pedagógica na Secretaria de Educação de São Paulo. Coordenadora e Professora Universitária em cursos de Pós-Graduação pelo Instituto Phorte de Educação e Tecnologia (IPET). Universidade Estácio de São Liniversidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).





iante dos desafios apresentados pelo mundo contemporâneo é imprescindível discutir políticas curriculares como um instrumento norteador das práticas de formação que atendam às novas demandas sociais, humanas e profissionais.

O presente texto tem por objetivo apresentar algumas aproximações do Currículo da Cidade com a formação inicial e continuada de profissionais realizada nos polos de apoio presencial UniCEU¹ em parceria com as Instituições de Ensino Superior/UAB², bem como a contribuição dos ambientes virtuais como instrumento para a aprendizagem significativa na educação a distância e no ensino presencial.

Questões iniciais: é possível estabelecer o diálogo entre a formação inicial e continuada oferecida pelas Instituições de Ensino Superior e o Currículo da Cidade de São Paulo? De que maneira o ambiente colaborativo pode contribuir para a formação dos profissionais que atuam na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?

O percurso

Atualmente, a rede UniCEU/UAB atende aproximadamente 12 mil estudantes distribuídos em Cursos Técnicos, Cursos de Graduação e Pós-Graduação. Esse atendimento é possível por meio da parceria com o governo federal e estadual, na condição de "parceiros ofertantes", e com os(as) interlocutores(as) estaduais e municipais, na condição de "parceiros demandantes". Os cursos são ofertados nos 46 Polos UniCEU/UAB da Cidade de São Paulo e têm contribuído para a inserção acadêmica no contexto escolar, nas regiões periféricas da cidade, nas modalidades a distância, semipresencial e presencial.

Essa inserção ao contexto escolar só é concebível pelo motivo de os polos estarem localizados nas escolas dos Centros Educacionais Unificados

^{1.} Universidade dos Centros Educacionais Unificados.

^{2.} Universidade Aberta do Brasil.



(CEUs), oportunizando aos estudantes da Uni-CEU a convivência com a comunidade escolar, o compartilhamento dos mesmos equipamentos, bem como a troca de experiência e integração com as Unidades Educacionais, além da proposição de projetos integradores, práticas de estágio supervisionado e o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas.

Cabe citar os trabalhos desenvolvidos pelos estudantes dos cursos de Engenharia em parceria com algumas Unidades Educacionais, tais como: o projeto de compostagem; o projeto de reciclagem e confecção de robótica; o projeto de captação e utilização da água da chuva; o aplicativo para divulgação de cuidados com doenças sazonais; o protótipo para dessalinização da água; o projeto de reciclagem de resíduos eletrônicos, entre outros. Nos cursos de Pedagogia, foram desenvolvidos projetos e oficinas de brinquedos e brincadeiras em alguns Centros de Educação Infantil (CEIs).

O tema sobre Educação Integral, um dos conceitos orientadores do Currículo da Cidade, é amplamente discutido nos espaços de formação. Seminários, debates acadêmicos, palestras foram realizados nos polos de apoio presencial para a comunidade em geral e para os profissionais da Rede Municipal de Ensino (RME) de São Paulo.

Vale ressaltar que Educação Integral no Currículo da Cidade de São Paulo é conceituada

[...] como aquela que promove o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional e cultural) e a sua formação como sujeitos de direito e deveres. Trata-se de uma abordagem pedagógica voltada a desenvolver todo o potencial dos estudantes e prepará-los para se realizarem como pessoas, profissionais e cidadãos comprometidos com o seu próprio bem-estar, com a humanidade e com o planeta. (SÃO PAULO, 2019, p.21).

O curso optativo de extensão "Educação Integral para o Século 21", em parceria com a Unesp e o Instituto Ayrton Senna, na modalidade semipresencial, contribuiu com a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio.

Destaque também para o Curso de Pedagogia, ofertado por uma das universidades parceiras, que incluiu na grade curricular uma disciplina que trata da Educação Integral como a garantia do desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões.

A partir desse conceito, desenvolveram-se formações, sob a responsabilidade dos coordenadores dos polos, sobre temas inter-relacionados e que são imprescindíveis e desafiadores para a humanidade, como os direitos humanos; a democracia; a ética; a equidade; o respeito à diversidade, à educação inclusiva e a cultura da paz, totalizando 469 atividades ao longo do ano.

No ano de 2019, os coordenadores de polo estão participando de uma formação específica a respeito do Currículo da Cidade de São Paulo com o intuito de se apropriarem das publicações e enriquecerem as práticas de formação ofertadas aos profissionais da RMESP.

Ambiente colaborativo

Partimos para a próxima questão: de que maneira o ambiente colaborativo pode contribuir para a formação dos profissionais que atuam na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?

A ascensão e o desenvolvimento da tecnologia estão transformando e diversificando metodologias voltadas ao ensino e à aprendizagem nos ambientes virtuais, com o intuito de promover um conhecimento significativo e colaborativo.

Do ponto de vista pedagógico, segundo Barreto (2002), cabe destacar a ancoragem de alguns princípios que permeiam uma aprendizagem participativa, tais como: o conhecimento compartilhado; a autoridade compartilhada; a valorização das diversidades, seja de gênero, etnia, ritmos de

desenvolvimento ou classe social e a construção de significações e ressignificações nesse processo.

Os ambientes virtuais são espaços apropriados para que o conhecimento compartilhado seja valorizado, por meio do conhecimento de mundo, pelas experiências pessoais, pelo diálogo entre professores e estudantes, sempre em busca de uma aprendizagem que seja individual, simultânea e construída coletivamente.

Estes ambientes digitais favorecem a integração de diversas mídias de comunicação, como: correio eletrônico, chats, fóruns, blogs, textos e hipertextos, imagens, vídeos, podcasts, videoconferências, wikis, entre outros, sempre com o objetivo de aproximar estudantes e docentes, que podem estar distantes uns dos outros tanto no tempo como no espaço. Um exemplo interessante é um dos estudantes do curso de Engenharia, polo Butantã, que grava vídeos sobre os conteúdos das aulas e as dúvidas dos colegas da turma e os disponibiliza no YouTube.

Segundo Torres e Irala (2014), a aprendizagem colaborativa tem sido utilizada com frequência na educação e seus principais objetivos são "a promoção de uma modificação no papel do professor, que passa a ser um facilitador; o desenvolvimento de habilidades de metacognição; a ampliação da aprendizagem por meio da colaboração, em que os estudantes se ensinam mutuamente". Outro exemplo são os grupos propostos por nossos estudantes para estudar, discutir e aprender coletivamente.

Vale dizer que a aprendizagem colaborativa exige a participação e o protagonismo de todos os envolvidos, para que haja efetivamente o avanço do sujeito ao longo do processo de construção do conhecimento.

De acordo com o Currículo da Cidade Tecnologias para Aprendizagem/Ensino Fundamental,



[...] é necessário, também, pensarmos em ambientes inclusivos, vislumbrando maneiras diferentes de ensinar e aprender, para promover o acesso e o desenvolvimento de potencialidades e habilidades a todos, permitindo ao estudante assumir a postura de construtor do próprio conhecimento, demonstrando autonomia, criatividade e ação, além de desenvolver a consciência crítica que leve a trilhar caminhos para a construção de seus saberes. (SÃO PAULO, 2019, p. 84).

Diante do exposto, conclui-se que é possível estabelecer o diálogo entre a formação inicial e continuada oferecida pelas Instituições de Ensino Superior e o Currículo da Cidade de São Paulo, por meio de ações resultantes do trabalho em rede e a colaboração de diversos atores. A UniCEU vem realizando um trabalho de excelência, estabelecendo o estreitamento entre sua comunidade acadêmica e a sociedade, com o desenvolvimento

de projetos multidisciplinares e de metodologias que estimulam o aprimoramento de novas habilidades e competências socioemocionais.

Referências

BARRETO, Raquel G. Formação de professores, tecnologias e linguagens: mapeando velhos e novos (des)encontros. São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: http://www.capes.gov.br/uab. Acesso em: mar. 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Ensino Fundamental: Tecnologias para Aprendizagem. 2. ed. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (Município). Decreto nº 56.877, de 17 de março de 2016. Dispõe sobre a organização e funcionamento da Universidade nos Centros Educacionais Unificados - UniCEU da Prefeitura do Município de São Paulo, vinculados à Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/saopaulo/decreto/2016/5688/56877/decreto-n-5687 7-2016-dispoe-sobrea-organizacao-e-funcionamento-da-universidade-nos-centros-e ducacionais-unificados-uniceu-da-prefeitura-do-municipio-de-sao-paulo-vinculados-a-secretaria-municipal-de-educacao. Acesso em: mar. 2019.

TORRES, P. L.; IRALA, E. A. F. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. *In*: TORRES, P. L. (org.). Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento. Curitiba: Senar, 2014.

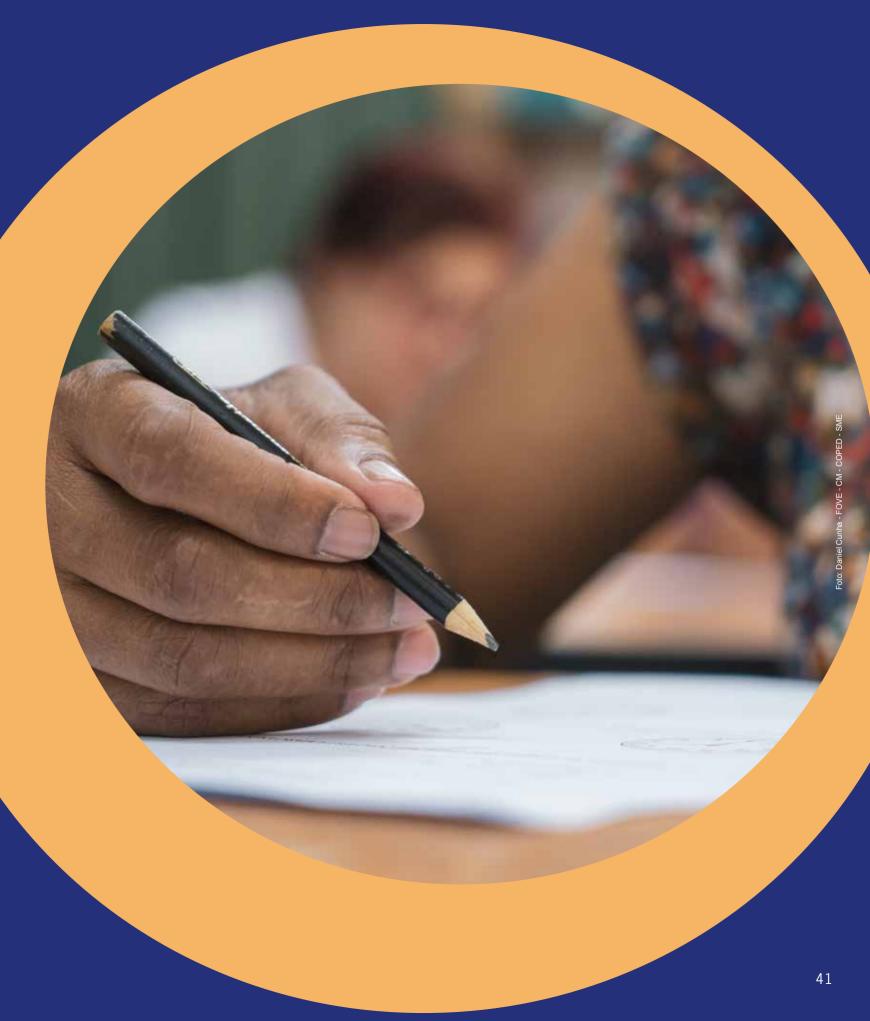
Entrevista

Currículo da Cidade de São Paulo

Construído a muitas mãos!

Com Ednalva de Souza Moraes Servilha

Mestra em Educação - Políticas Públicas, graduada em Pedagogia com especializações em Educação Inclusiva, Formação de Professores para Atendimento Educacional Especializado - AEE, Psicomotricidade, Docência no Ensino Superior. Professora na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Atua na DIPED, responsável pela frente EJA - Educação de Jovens e Adultos.



O Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos busca alinhar as orientações curriculares à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME) deu início ao processo de atualização curricular em 2018.

Relatem um pouco da história dessa construção. Quais foram as provocações iniciais?

Atuo como ponto focal da EJA, na Divisão Pedagógica (DIPED), da Diretoria Regional de Educação de Pirituba/Jaraguá (DRE PJ) desde 2017. Quando fui informada da construção, de forma colaborativa, do Currículo da Cidade para EJA, envolvendo todos os pontos focais da EJA de todas as DREs, equipe DIEJA e professores das diferentes áreas do conhecimento, professores alfabetizadores e pedagogos, apoiados pelos assessores de cada área (professores pesquisadores contratados pela SME para assessorar cada grupo), apostei no projeto, sabendo da necessidade real de criarmos um documento orientador para esse público.

A duração foi do mês de abril até setembro, com 12 encontros definidos.

Os encontros foram divididos por componentes curriculares, formando nove grupos de cada área, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes, Geogra-

... o documento foi permeado por questões desafiadoras, indagações que fazem sentido no fazer pedagógico da sala de aula e na vida desses estudantes.

fia, História, Matemática, Ciências Naturais e Tecnologias para Aprendizagem.

Os assessores tiveram a preocupação em apresentar e considerar todos os documentos publicados anteriormente. Atender às especificidades e valorizar as experiências docentes e discentes na perspectiva de um currículo vivo, possibilitando potencializar os fazeres e saberes imbricados pelas premissas e princípios que regem a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação.

Sendo ponto focal da EJA – DRE PJ, com inúmeras atribuições, consegui acompanhar de forma sistemática o grupo de estudo na área de Língua Portuguesa, observei que os estudos realizados nos encontros estavam todos alinhados à prática docente dos professores, que se sentiram representados e, a cada encontro, a participação deles se dava de forma ativa, visando à melhoria das aprendizagens dos estudantes para que sejam assegurados os Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento da área de Língua Portuguesa, tendo em vista a promoção da educação integral.

O Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos foi construído de forma coletiva, resultado de um trabalho de diálogo colaborativo com os profissionais que atuam na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, assessores, formadores das DIPEDs.

Como foi a escuta dos envolvidos no processo de elaboração do documento?

Houve uma preocupação dos assessores em:

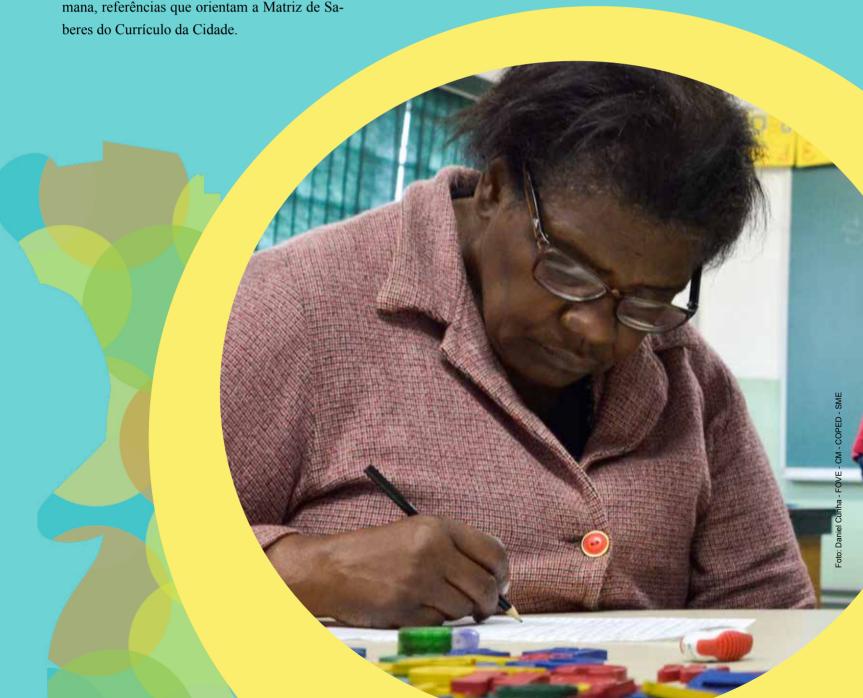
- Apresentar e considerar todos os documentos institucionais publicados anteriormente;
- Compreender os saberes e fazeres pedagógicos que permeiam o currículo da EJA estruturados nos conceitos: educação integral, equidade e

educação inclusiva em consonância com os demais documentos da SME;

- Agregar teoria e prática ao fazer educativo na perspectiva de qualificar ainda mais as ações que visem aos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e à superação das dificuldades e defasagens cognitivas dos estudantes;
- Tematizar as práticas pedagógicas refletindo sobre os saberes, fazeres e pressupostos que as embasam;
- Compartilhar práticas educativas e saberes significativos para a formação estética, ética e humana, referências que orientam a Matriz de Saberes do Currículo da Cidade

Qual a importância do Currículo da Cidade para a Educação Municipal Paulistana?

- Possibilitar maior compreensão por parte da equipe gestora e docente sobre os saberes e fazeres pedagógicos que permeiam a EJA;
- Refletir sobre o fazer educativo na perspectiva de superação das dificuldades cognitivas e afetivas dos educandos.





Considerando os espaços de formação que compõem a jornada docente, como eles podem ser utilizados no favorecimento da implementação desse documento?

Os espaços de formação são fundamentais para a consolidação das discussões teóricas, bem como para o estudo de práticas alicerçadas nos pressupostos conceituais expressos no Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos.

O PEA - Projeto Especial de Ação é o momento em que a coordenação pedagógica pode promover a leitura, a análise, a discussão e a tomada de decisão de maneira coletiva e democrática sobre as práticas e intervenções pedagógicas mediadas pelos dados da progressão das aprendizagens dos estudantes, pelas demandas expressas no Projeto Político-Pedagógico e pelas orientações do Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos.

As horas individuais e coletivas podem ser potentes para o planejamento, acompanhamento e devolutiva da coordenação pedagógica com os docentes sobre os projetos realizados com as turmas, principalmente no que tange ao trabalho com a Matriz de Saberes e sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável expressos no Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos.

As reuniões pedagógicas podem promover a reflexão sobre as demandas de cada ciclo e a articulação de suas especificidades para a efetivação do Projeto Político-Pedagógico, potencializando as discussões sobre o Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos e seus desdobramentos nos projetos interdisciplinares.

Além dos horários de formação continuada, o Currículo da Cidade da Educação de Jovens e Adultos também é discutido nos seminários e demais atividades formativas.

Quais os principais desafios?

Sendo a EJA uma modalidade da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, os desafios estão postos e é grande a responsabilidade em representar os pares que não estavam presentes. Desta forma, o documento foi permeado por questões desafiadoras, indagações que fazem sentido no fazer pedagógico da sala de aula e na vida desses estudantes. Apresento alguns exemplos das questões que permearam as discussões nos encontros, as quais se fazem presentes no documento das diferentes áreas do conhecimento, não como forma de resposta e sim de possibilidades. O pensar nas questões indaga o nosso fazer pedagógico por meio da dialogicidade. Então, vale a reflexão:

- Quem são os nossos estudantes? (histórias, memórias, identidade, meio social, necessidades e sonhos)
- Suas trajetórias são consideradas na prática educativa?
- Existe momento de escuta?
- Como a proposta de trabalho e projetos da EJA têm se articulado no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Educacional?
- Quais ações de acompanhamento de permanência, orientações de estudos e orientação pessoal são realizadas?

- De que maneira os conhecimentos das diferentes áreas podem ser organizados?
- Como são pensadas as questões de diversidade étnico-racial, imigrante, de gênero – na Unidade Educacional? Como isso se materializa?
- Como entendemos a EJA na educação contemporânea?





Espaços privilegiados de reflexão e de vivência da integralidade dos cidadãos



Por Ana Carolina Weiss Barrilari¹, Carmen Lúcia Bueno Valle², Elayne Fernandes Pinheiro³, Iara Maria Brasil Rodrigues⁴, Maria Alice Zimmermann⁵, Raphaella Burti⁶ c Uyara Vieira Costa de Andrade⁷

- Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino. Graduada em Educação Física e Pedagogia
- 2. Vice-presidente do Conselho Municipal de Educação de São Paulo. Doutora e Mestra em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, graduada em Tradutor e Intérprete pelo Centro Universitário Ibero-Americano e em Letras Português e Inglês. Tem experiência na área de Educação, com ênfase no ensinc de Língua Portuguesa.
- 3. Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino, graduada em Artes Plásticas e Pedagogia, com especialização em Informática na Educação e em Alfabetização. Atualmente Diretora da Divisão de Cultura DIAC/COCEU.
- 4. Professora de Ensino Fundamental I da Rede Municipal de Ensino. Graduada em Artes Cênicas pela UNICAMP e Técnica nos instrumentos Piano e Vibrafone
- 5. Diretora da Divisão de Esporte, Corpo e Movimento da COCEU. Coordenadora das Olimpíadas Estudantis e InterCEUs. Membro da Academia Olímpica Brasileira, integrante do Grupo de Estudos Olímpicos da USP. Mestra em Estudos Socioculturais na Escola de Educação Física e Esporte - USP.
- 6. Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo e Pós-Graduanda em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública. Ex-aluna da Rede Pública de Ensino.
- 7. Supervisora Escolar na Rede Municipal de Ensino, especialista em "Ética, valores e construção de cidadania na escola" pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades USP. Integrou os grupos de estudos que produziram o documento Currículo da Cidade de São Paulo: Educação Infantil e os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. Atualmente é Coordenadora dos CEUs e da Educação Integral.



ducação não é privilégio", afirmava Anísio Teixeira, que, em 1950, inaugurou a 1ª Escola de Educação Integral em Salvador, a Escola Parque. Começava, ali, a concretização do sonho de Anísio: a criação dos centros educacionais, cujo objetivo era oferecer educação de qualidade, gratuita, laica, integral para a população mais vulnerável das áreas periféricas das cidades. Uma proposta de educação voltada à integralidade do estudante, desenvolvendo-o plenamente.

O sonho de Anísio Teixeira persiste. Desde 2003, os Centros Educacionais Unificados (CEUs) vêm crescendo na Cidade de São Paulo. Após 16 anos, são 46 CEUs e 3 CECIs (Centros de Educação e Cultura Indígena) espalhados por toda a cidade e tantos outros em construção. Nascem inspirados nos sonhos de nosso educador baiano, fundamentados em sua proposta de educação integral.

Os CEUs foram criados como elementos inseridos nas dinâmicas dos territórios numa tentativa de superação da hegemonia cultural do centro, reconhecendo, assim, o morador da periferia como produtor cultural, dando visibilidade e valorizando os espaços dos CEUs como parte do circuito cultural da Cidade.

Reconhecer a periferia como centralidade é reconhecer, também, as expressões culturais locais e valorizar a diversidade cultural, entendendo as redes sociais locais e identificando os seus pedaços, que, segundo Magnani (2002), "é o local de encontro entre pessoas que compartilham particularidades, gostos, valores e códigos. Uma parte do território urbano, determinado por redes de familiares e amizades, com práticas sociais que determinam o sentimento de pertencimento e identidade local".



Ao longo destes 16 anos de CEUs, podemos considerar que esses espaços se tornaram, segundo Santos (2004, p.144),

[...] uma paisagem cultural, ou seja, um intercâmbio muito intenso entre essas pessoas que, portanto, criam, transmitem, comunicam, se apropriam, interpretam e que vão fazer tudo isso, num determinado lugar, numa determinada paisagem onde o intercâmbio entre essas pessoas e o entorno é, senão determinante, quase determinante.

Além disso, são ícones identitários, nas relações estabelecidas, antes mesmo de suas construções e com significativas representações políticas, intelectuais da cidade nos seus mais diversos territórios. Seus modos de viver e de pensar a cidade.

Como um território vivo e em constante movimento, todas as gerações que transitam, utilizam e interagem nos espaços do Território CEU acessam lugares onde são apresentadas e oferecidas oportunidades formativas, curriculares, criativas e de apropriação de bens simbólicos que se traduzem em aprendizagens multidimensionais "[...] fazendo do CEU uma nova referência nos bairros, uma nova centralidade urbana e, portanto, polo de criação de sociabilidade e de identidade cultural" (JARDIM, 2017, p.78).

Os CEUs são espaços de integração entre a educação e a vida, possibilitando o acesso a diversas linguagens artísticas, ao esporte, às ações recreativas e ao lazer, proporcionando a articulação entre as aprendizagens desenvolvidas e as potencialidades locais, ampliando e diversificando, assim, o repertório cultural e o acesso às produções culturais e suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas e relacionais (Matriz de Saberes - Repertório Cultural), valorizando tam-

bém a cultura produzida nos diferentes territórios da cidade, como dito anteriormente.

Contemplados esses aspectos socioculturais, tem-se a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com a promoção da integralidade e do desenvolvimento humano e de aprendizagens, desde a primeira infância até a pessoa idosa, pois os CEUs atendem a todas as etapas e modalidades de ensino em todos os seus espaços de formação diversificada.

Todo esse universo de aprendizagens que os CEUs representam exige um trabalho cuidadosamente planejado, colaborativo, democrático e de constante avaliação e reflexão da equipe da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados (COCEU), composta pelas Divisões de Articulação Pedagógica, de Cultura, de Esportes, Corpo e Movimento, e Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais. Em COCEU nascem vários projetos e programas a fim de estabelecer uma política pública aos munícipes implementada nestes equipamentos que possuem atuação distinta e necessária para a execução das Diretrizes da SME, assim como para toda a Educação. Vale reiterar que os CEUs têm como objetivo a educação integral, democrática, emancipatória, humanizada e com qualidade social, articulando educação, cultura, esporte, lazer, recreação e as tecnologias, promovendo o desenvolvimento do ser humano na sua integralidade como pessoa, cidadão e sujeito da sua história.

A educação não pode restringir-se a treinamentos ou apenas informações. É necessário repensá-la e fazê-la servir à vida, à realização humana, social e ambiental (SAMPAIO, 2004, p.34).

A Divisão de Articulação Pedagógica (DIAP) tem como atribuição promover e fixar diretrizes para ações nos CEUs e nos CECIs, em articulação

com as demais divisões da COCEU, assim como formular, implementar, acompanhar e avaliar programas e projetos interdisciplinares, na ampliação da jornada dos estudantes e da comunidade, articulando as ações ao Currículo da Cidade.

Acreditando que as aprendizagens acontecem e se fortalecem no contato com o outro, o trabalho em equipe, os cursos de formação continuada, o aprender a viver e conviver com o outro são conceitos e ações imprescindíveis à DIAP, para que consigamos contribuir para o desenvolvimento de um ser integral. "Aprendemos a viver como humanos vivendo em tal espaço a multidimensionalidade do viver humano" (MATURANA, 2004, p.23).

Essa multidimensionalidade do ser humano é estabelecida e vivenciada nas relações de
aprendizagens formais e não formais, nas vivências e experiências de troca e de temas que
contemplem as diferentes dimensões da vida
humana, num processo de ação-reflexão-ação.
Nessa concepção, o currículo não é um conceito, nem pode estar fechado em si mesmo, e sim
uma construção cultural.

Portanto, uma educação afetiva e humanizadora de um ser multidimensional só poderá ser construída a partir de trocas, experiências e vivências coletivas. Nesse caso, a DIAP tem grandes contribuições a dar ao desenvolvimento sociocultural,

contribuindo para uma cidade e sociedade melhores a partir de Programas, como o "Recreio nas Férias", que, durante o período de férias e recesso escolares, recebe crianças de 4 a 14 anos, para que possam ampliar o repertório cultural, vivenciar e experimentar atividades recreativas, esportivas e de lazer em todos os CEUs, CECIs e demais Instituições interessadas em ser polo; o Projeto "Visitas Monitoradas", que tem como intuito ampliar e diversificar as possibilidades de acesso ao repertório cultural disponíveis na Cidade de São Paulo, levando estudantes e professores aos museus, teatros, shows, exposições, festivais, espaços de memórias da cidade, dentre outros igualmente relevantes.

A Divisão de Articulação Cultural (DIAC) é responsável pelos projetos culturais nos CEUs, entendendo-os como espaços de inclusão social e construção da cidadania por meio de diferentes linguagens artístico-culturais.

Dentre seus objetivos está a missão de formar cidadãos-expectadores e contribuir para diminuir a distância entre a obra artística e o público. Assim, o planejamento da DIAC visa, em sua essência, à democratização do acesso à cultura, bem como à permanência da comunidade nos equipamentos dos CEUs e à fruição da cultura local e universal, por meio do fomento à apropriação dos espaços e equipamentos

"A educação não pode restringir-se a treinamentos ou apenas informações. É necessário repensá-la e fazê-la servir à vida, à realização humana, social e ambiental"

Dulce Moreira Sampaio, 2004





existentes nesses espaços, possibilitando que as atividades oferecidas garantam aos frequentadores a incorporação dos aspectos de diferentes expressões artísticas.

Como os CEUs são vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SME) e integram o sistema da Prefeitura de São Paulo, sendo orientados por suas políticas públicas, atuando de forma articulada com a COCEU, gestão e coordenação que compõem a estrutura organizacional do equipamento, justifica-se uma formação para o gestor e coordenadores de cultura, com a finalidade de fomentar a apropriação da natureza específica do trabalho para que todas as equipes dos CEUs trabalhem numa rede integrada. O projeto de formação para os coordenadores do Núcleo de Ação Cultural (NAC) tem a missão de construir, coletiva e integradamente, uma Rede Cultural nos CEUs da cidade, com o objetivo de potencializar a

identidade de cada região, por meio de encontros de formação conceitual artística, entendimentos das atribuições dos coordenadores de cultura e trocas de experiências.

Também cabe à DIAC ampliar a participação e o conhecimento histórico cultural, visando à formação de um público participante da cultura local e universal. Promover atividades vinculadas às artes, tais como: literatura, dramaturgia, dança, desenho e música. Estimular as produções artísticas ocultas na comunidade local, além de dar assistência e fomentar culturalmente as regiões de São Paulo. Instituir o espaço das bibliotecas como um lócus privilegiado de cultura e de educação para bebês, crianças, adolescentes e jovens. Um espaço do pensar, criar, inovar, modificando conceitos históricos e contribuindo para o crescente desenvolvimento.

Todas as ações da DIAC propõem-se à construção da identidade cultural local e ao enriquecimento e à apropriação dos bens artísticos oferecidos, fortalecendo a democratização cultural e sua fruição, potencializando e valorizando o fazer artístico regional, por meio de todas as linguagens artísticas, para transformar os CEUs em espaço de inclusão social e construção da cidadania por meio de diferentes fazeres culturais.

A Divisão de Gestão Democrática e Programas Intersecretariais (DIGP) tem como principal objetivo desenvolver, articulada com outros setores da Secretaria Municipal de Educação, outras Secretarias e Instituições Parceiras, políticas públicas integradas com vistas à melhoria das aprendizagens relacionadas à Educação em Direitos Humanos (EDH), democracia participativa, cidadania ativa, promoção da saúde e bem-estar físico, mental e social, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz e não violência. Essa

divisão está organizada em três principais eixos de trabalho: Gestão Democrática/Articulação das instâncias de Gestão Participativa; Educação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos; Cuidado, Saúde e Proteção Social.

O eixo de Gestão Democrática/Articulação das instâncias participativas busca ampliar e potencializar a concepção de Gestão Democrática e Cidadania Ativa em articulação e diálogo formativo com os Conselhos Gestores dos CEUs, Conselhos de Escola, Conselhos de Representantes de Conselhos de Escola (CRECE), com os Grêmios Estudantis e demais formas de protagonismo e autoria dos educandos.

A Educação em Direitos Humanos e Mediação de Conflitos visa participar dos grupos de trabalho intersetoriais e intersecretariais com o objetivo de promover, em conjunto com a Coordenadoria Pedagógica (COPED), a formação dos gestores e demais participantes das Redes de Proteção Social e Comissões de Mediação de Conflito, visando à constituição de política pública relacionada à redução das vulnerabilidades, que, efetivamente, faça diferença na escola e melhore a convivência e o processo de aprendizagem dos estudantes.

O terceiro eixo Cuidado, Saúde e Proteção Social tem como foco promover programas e projetos voltados à prevenção da violência e promoção da saúde, do cuidado, do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz, na perspectiva da garantia dos Direitos Humanos, envolvendo os educandos e os Profissionais da Educação nas Unidades Educacionais, nos CEUs e nos CECIs, em articulação com a Secretaria Municipal da Saúde, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e demais Secretarias e órgãos da Administração Pública Municipal.

A Divisão de Esporte, Corpo e Movimento (DIESP) entende que, em sua dimensão antropo-



lógica, o esporte se caracteriza, conforme postulou Damatta (1982), como veículo para uma série de dramatizações da vida social, modo privilegiado pelo qual a sociedade se expressa, conta sua própria história e se permite observar. Esporte e sociedade não se confundem. O primeiro exerce função específica dentro da última, tal como a religião, a arte, o trabalho ou a política. Segundo Rubio (2001), o fenômeno esportivo é, a despeito de sua forma-espetáculo contemporânea, uma das, senão a mais perene, herança imaterial de ligação da sociedade hodierna com sua ontologia lúdica, mítica e ritualística.

O Esporte como fio condutor
nas relações interpessoais
pode, de certa forma, expor valores e comportamentos significantes para um grupo
social, reforçando a
identidade cultural e
pessoal. Assim, ele
apresenta potencial
educativo, contribuindo para discussão e reflexão de atitudes éticas, dos
princípios estéticos e de valores
necessários para a vida social e individual.

Seguindo estes pressupostos, a DIESP oferece formações específicas e permanentes para o desenvolvimento de Programas e Projetos propostos pela COCEU, como, por exemplo, as Olimpíadas Estudantis, entre outros, com o objetivo de oferecer e atender com qualidade a prática da atividade física e esportiva como vetor de desenvolvimento humano na política de inclusão, assim como colaborar para ampliar o conhecimento e a descoberta de modalidades esportivas, rompendo a monocultura do futebol na

percepção de que o Esporte é uma manifestação e fenômeno sociocultural da humanidade.

Acompanha com proximidade a Coordenação dos Núcleos de Esportes e Lazer e Recreação dos CEUs, as atividades e projetos desenvolvidos pelos Analistas de Informações, Cultura e Desporto - Educação Física, como as Olimpíadas, o InterCEUs, CEU Olímpico, Apresenta CEU, dentre outros projetos e programas que incentivam o desenvolvimento da iniciação esportiva nas escolas e nos CEUs, estabelecendo uma ponte significativa entre Esporte e Educação. Com destaque para os aspectos educacionais implícitos na sua prática e o desenvolvimento da integralidade de nossos estudantes, vem, assim, promovendo a educacão inclusiva.

Essas vivências são campo fértil e permeadas por todos os saberes considerados na Matriz do Saberes, como a resolução de problemas, autonomia e determinação, abertura à diversidade, empatia e colaboração, autoconhecimento e cuidado, utras.

Com o objetivo de ressignificar o esporte e a prática da atividade física que é desenvolvida nas escolas e CEUs, consideramos os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais que fazem do esporte esse fenômeno multidimensional.

Além disso, a cultura esportiva atua como contribuição à importância deste espaço para vivenciar a ética, o respeito, a amizade e o trabalho em equipe, a superação, os conflitos advindos do perder e ganhar, a excelência, a coragem, a determinação e a igualdade, como

"O Esporte é demasiadamente humano e inadvertidamente complexo para se submeter aos limites das definições acadêmicas e corporativas."

Walter Roberto Correia, 2018

dentre outras.



meio constante de desenvolvimento do potencial de cada ser humano, compondo assim a pluralidade do currículo.

Assim, para além de desenvolver as aprendizagens, como função inerente das ações educacionais, os CEUs têm como objetivo ser polo de desenvolvimento sociocultural, com a responsabilidade de promover a inclusão social, a cidadania e dar luz às formas de expressão e de organização nas áreas mais vulneráveis da Cidade de São Paulo. Todas as ações empreendidas nos CEUs e CECIs dialogam com as premissas fundantes e os eixos norteadores do Currículo da Cidade, com o compromisso maior de dar protagonismo aos diferentes saberes, culturas, conhecimentos e relações que existem no universo de uma rede de educação tão diversa e rica como a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Referências

CORREIA, Walter Roberto. Pra começo de conversa: o fenômeno do esporte: um entrecruzamento de movimentos espetaculares. *In:* REMONTE, Jarbas Gomes; POLITO, Luis Felipe Tubagi (org.). Educação Física escolar e esporte de rendimento: dá jogo? Várzea Paulista: Fontoura, 2018. p. 23-27.

DAMATTA, R. Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

JARDIM, Elaine Aparecida. "Meu bairro, minha cidade": as exposições inaugurais dos CEUs e as representações urbanas das periferias paulistanas. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MATURANA, Humberto R.; ZÖLLER, Gerda Verden. Amar e brincar: fundamentos esquecidos no humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.

RUBIO, K. O atleta e o mito do herói: o imaginário esportivo contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SAMPAIO, Dulce Moreira. A pedagogia do ser: educação dos sentimentos e dos valores humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SANTOS, M. Cultura imaterial e processos simbólicos. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 14, p. 139-151, 2004.

Aconteceu na Rede

Momento(s) da trajetória



Atualização do Currículo GT1 (2017)



2º Encontro com Diretores e Coordenadores Pedagógicos (2017)



Construção e Atualização do Currículo GT5 (2017)



Imprensa Jovem na construção do Curriculo (2017)



Formação DIPED Língua Portuguesa (2018)



Encontro do GEPP de Currículo (2018)



GT EJA (2018)



Seminário Internacional de Educação Especial e Bilíngue (2018)



II Seminário de Educação Infantil (2018)



Produção dos Cadernos da Cidade na Imprensa Oficial(2019)



Qualquer parte desta publicação poderá ser compartilhada (cópia e redistribuição do material em qualquer suporte ou formato) e adaptada (remixe, transformação e criação a partir do material para fins não comerciais), desde que seja atribuído crédito apropriadamente, indicando quais mudanças foram feitas na obra. Direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais podem limitar o uso do material, pois necessitam de autorizações para o uso pretendido.

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo recorre a diversos meios para localizar os detentores de direitos autorais a fim de solicitar autorização para publicação de conteúdo intelectual de terceiros, de forma a cumpir a legislação vigente. Caso tenha ocorrido equívoco ou inadequação na atribuição de autoria de alguma obra citada neste documento, a SME se compromete a publicar as devidas alterações tão

Disponível também em: <educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br>

